

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Secretariat Administration Department

Order

SAD/14(7)67

From the date of relief of the charge of the Collector, Goa, Shri S. N. Dhumak is appointed as Under Secretary (C. D.) in the Secretariat until further orders. Shri G. Dessai, who was promoted as U. S. (C. D.) on ad-hoc basis is reverted to the post of Superintendent in the Secretariat, from the date Shri Dhumak takes over the charge.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Damán and Diu.

D. V. Sawant, Deputy Secretary (Appointments).

Panaji, 16th March, 1968.

Revenue Department

Directorate of Civil Administration

By order dated 12-3-1968:

The plot of land admeasuring 1.000 sq. metres, named «Sorvo», belonging to the Canca Comunidade, granted on permanent lease to Shri Voicunta Porobo Salgaocar, on 17-5-1917, is hereby directed to be reverted in favour of the same Comunidade as he failed to take possession of the plot during the prescribed time limit.

Directorate of Civil Administration Services, at Panjim, 16th March, 1968.—The Director, D. N. Barua, Collector & DCA.

Law and Judicial Department

Notification

LD/N/I/68

It is hereby notified for general information that with immediate effect the officials mentioned in column No. 2 of the schedule appended hereto, will perform in ex-officio capacity, the functions of the Notary Public in their respective juris-

(Tradução)

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento de Administração da Secretaria-Geral

Portaria

SAD/14(7)67

O Sr. S. N. Dhumak, é nomeado subsecretário (C. D.) da Secretaria-Geral, até ordens ulteriores, com efeito a partir da data em que deixar as funções de Collector de Goa.

O Sr. G. Dessai, que havia sido promovido para o cargo de subsecretário (C. D.) temporariamente, reverterá ao cargo de superintendente, na Secretaria-Geral, na data em que o Sr. Dhumak, assumir as funções do cargo de subsecretário.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

D. V. Sawant, Secretário adjunto (Nomeações).

Panaji, 16 de Março de 1968.

Departamento de Rendimentos

Direcção dos Serviços de Administração Civil

Por portaria de 12 de Março de 1968:

Por esta se determina que o terreno medindo 1000 metros quadrados, denominado «Sorvo», pertencente à comunidade de Canca e concedido em arrendamento permanente a Voicunta Porobo Salgaocar, em 17 de Maio de 1917, reverta à mesma comunidade, por o arrendatário não ter tomado posse do mesmo terreno dentro do prazo estabelecido.

Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Pangim, 16 de Março de 1968.—D. N. Barua, Collector e Director dos Serviços de Administração Civil.

Departamento de Justiça

Despacho

LD/N/I/68

Faz-se público para conhecimento geral que os oficiais mencionados na 2.ª coluna do quadro anexo, exercerão, ex-officio com efeito imediato, as funções de notário público dentro da

dition as shown in the corresponding entry of column No. 3 of the said schedule:

SCHEDULE

Sr. No.	Designation	Jurisdiction
1	2	3
1.	Land Registrar — Ilhas	Comarca of Ilhas
2.	Land Registrar — Salcete	Comarca of Salcete
3.	Land Registrar — Bardez	Comarca of Bardez
4.	Sub-Registrar — Quepem	Comarca of Quepem
5.	Sub-Registrar — Bicholim	Comarca of Bicholim
6.	Sub-Registrar — Ponda	Julgado of Ponda
7.	Sub-Registrar — Daman	Comarca of Daman
8.	Sub-Registrar — Diu	Julgado of Diu
9.	Civil Registrar — Marmagoa	Julgado of Marmagoa

R. L. Segal, Inspector General of Registration.

Panaji, 1st April, 1968.

Industries and Power Department

Order

I&L/CEE/902/68/390

In supersession of the Government order no. I&L/CEE/902/67/183 dated 24-1-68, Shri Doddi Ananta Krishna Chary a candidate recommended by U.P.S.C. New Delhi is hereby appointed as Assistant Engineer (Electrical) in the Electricity Department, in the time scale of Rs. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900, plus usual allowances admissible as per rules with effect from the date of his joining until further orders, against one of the post of Assistant Engineer created vide Government order no. I&L/CEE/902/65/2492 dated 12-3-65 and I&L/CEE/902/65/2651 dated 23-3-65 and further continued vide Government order no. 2/4/67/ELECT/820 dated 23-3-1967. His pay should be fixed according to rules.

The appointment is subject to the conditions specified in the Memo no. I&L/CEE/902/67/2799 dated 15-11-67. He is entitled to such other allowances as are admissible under the rules from time to time. He will have to produce physical fitness certificate from the Goa Medical Board, Panaji.

He should collect necessary letter for appearing before the Board from Chief Electrical Engineer, Panaji before joining the appointment. He should also produce the original certificate of High School in which he studied as a proof of his date of birth.

He is posted at Store Sub-Division III Margao under Executive Engineer Electrical Construction Division (South) Margao. He should report for duty to the Executive Engineer (South) Margao as soon as possible but in any case not later than 19-2-1968.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 15th February, 1968.

Order

DIM/146/67

Whereas Shri Xec Aiub, from Sanguem, has communicated his intention to relinquish his concession hold rights of the mine named «Halditembo», situated at Villiena of Bati of Sanguem Taluka, granted to him under title of concession no. 20, dated 29-2-1952;

And whereas the said Xec Aiub has fulfilled all the formalities required by clause b) of article 116 of Decree dated 20-9-1906.

Now therefore, in exercise of the powers conferred by clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and all other powers enabling them

respectiva jurisdição, que vai indicada na 3.ª coluna do mesmo quadro:

QUADRO

N.º de série	Designação	Jurisdicção
1	2	3
1.	Land Registrar — Ilhas	Comarca das Ilhas
2.	Land Registrar — Salcete	Comarca de Salcete
3.	Land Registrar — Bardez	Comarca de Bardes
4.	Sub-Registrar — Quepem	Comarca de Quepém
5.	Sub-Registrar — Bicholim	Comarca de Bicholim
6.	Sub-Registrar — Ponda	Julgado de Pondá
7.	Sub-Registrar — Daman	Comarca de Damão
8.	Sub-Registrar — Diu	Julgado de Dio
9.	Civil Registrar — Marmagoa	Julgado de Mormugão

R. L. Segal, Inspector-Geral de Registos.

Panaji, 1 de Abril de 1968.

Departamento de Indústrias e Energia

Portaria

I&L/CEE/902/68/390

Em substituição da portaria n.º I&L/CEE/902/67/183, de 24 de Janeiro de 1968, o Sr. Doddi Ananta Krishna Chary, candidato recomendado pela U.P.S.C., de Nova-Delhi, é nomeado engenheiro assistente (eléctrico) dos Serviços de Electricidade, na escala de Rps. 350-25-500-30-590-EB-30-800-EB-30-830-35-900, acrescida dos subsídios admissíveis segundo as normas, a partir da data em que entrar no exercício das funções e até ordens ulteriores, num dos lugares de engenheiros assistentes criados pelas portarias n.º I&L/CEE/902/65/2492, de 12 de Março de 1965 e n.º I&L/CEE/902/65/2651, de 23 de Março de 1965, e mantidos pela portaria n.º 2/4/67/ELECT/820, de 23 de Março de 1967. O seu vencimento será fixado de acordo com as normas.

A nomeação está sujeita às condições especificadas no memorandum n.º I&L/CEE/902/67/2799, de 15 de Novembro de 1967. O titular do lugar terá direito a outros subsídios admissíveis segundo a lei, periodicamente. Deverá o mesmo produzir o atestado de aptidão física, passado pela Junta de Saúde de Panaji, devendo para isso, obter do Engenheiro-Chefe, Panaji, a necessária guia para se apresentar à Junta de Saúde, antes de entrar no exercício das suas funções, devendo, também apresentar o certificado original da escola em que estudou como prova da sua idade.

O mesmo é colocado na sub-divisão do depósito III, em Margão, subordinado ao engenheiro executivo da sub-divisão de construções eléctricas do sul, de Margão, devendo apresentar ao serviço ao mesmo engenheiro executivo logo que lhe seja possível, mas em nenhum caso depois de 19 de Fevereiro de 1968.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 15 de Fevereiro de 1968.

Portaria

DIM/146/67

Atendendo a que o Sr. Xec Aiub, de Sanguém, comunicou a sua intenção de desistir dos seus direitos de concessão à mina denominada «Harditembo» situada em Villiena de Bati do concelho de Sanguém, que lhe havia sido concedida por título de concessão n.º 20, de 29 de Fevereiro 1952;

Tendo em consideração que o dito Xec Aiub, cumpriu todas as formalidades exigidas pela alínea b) do artigo 116.º do Decreto de 20 de Setembro de 1906;

Usando das faculdades conferidas pelo artigo 2.º da «Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962» e das demais faculdades que lhe são conferidas

in that behalf the Administrator, Goa, Daman and Diu hereby permits the said Shri Xec Aiub to relinquish the said rights and relieve him of all his duties and liabilities under the said Title no. 20/52 and further declares that all his rights, title and interest in the said mining area stand reverted to the Government free from all encumbrances created by the party if any;

Further directs that the said mining concession is hereby declared as «Free Area» for its regrant in terms of Mines and Minerals (Regulation and Development) Act 1957 and Mining Concession Rules 1960 after 30 days of the publication of the present Notification in the Government Gazette.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.
Panaji, 29th February, 1968.

Notification

I&L/I/31/66/831

In exercise of the powers conferred under section 4(2) of the Goa, Daman and Diu Industrial Development 1965 (No. 22 of 1965), the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu is pleased to re-constitute «The Goa, Daman and Diu», Industrial Development Corporation with the following members, with effect from 7-2-68.

1. The Minister for Industries, Labour, Law and Agriculture — Member.
2. The Finance Secretary — Official Member.
3. The Director of Industries & Mines — Official Member.
4. The Chief Electrical Engineer — Official Member.
5. Shri Redualdo da Costa, Presidente da Junta — Member.
6. Shri Ramkrishna Salgaonkar, Vasco da Gama — Member.
7. Shri N. S. Fugro, M. L. A., Diu — Member.
8. Shri Vinayak Bhatkar, Bank of India, Panaji — Member.
9. The Chief Executive Officer — Member and Ex-Officio Secretary.

The Administrator is further pleased to appoint the Minister for Industries, Labour, Law and Agriculture as the Chairman of the Corporation, and the Finance Secretary as the Financial Adviser to the Corporation.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.
Panaji, 20th March, 1968.

Labour and Information Department

Order

LC/1-282/66/C

The following Award given by the Industrial Tribunal on an industrial dispute between M/s. J. F. Santhos Garrage, Margao, and the workmen employed under them, is hereby published as required vide provisions of Section 17 of the Industrial Disputes Act, 1947 (xiv) of 1947):

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.
Panaji, 20th March, 1968.

Before Shri K. R. Powar, Industrial Tribunal, Goa, Daman and Diu

Complaint (IT-GDD) (No. 3 of 1967)

In Reference (IT-GDD) No. 1 of 1967

1. Shri Anant Lotlikar,
2. Shri Mariano P. D'Silva,
3. Shri Jacinto Deodata,
4. Shri Fernandes,
5. Shri Vincent Vaz and
6. Shri Shriram D. Natecar.

Complainants in above complaint.

para o mesmo fim, o Administrador de Goa, Damão e Diu, autoriza o dito Xec Aiub, a desistir dos seus referidos direitos e lhe exonera de todas as obrigações e encargos por virtude do referido título n.º 20/52 e declara que todos os seus direitos, títulos e interesses na referida área mineira se revertam ao Estado, livres de quaisquer encargos criados pela parte interessada caso hajam.

Mais determina que a referida concessão mineira seja considerada como «área livre» para os efeitos da sua re-concessão nos termos do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act 1957» e dos «Mining Concession Rules 1960» no prazo de 30 dias contado da publicação da presente portaria no Boletim Oficial.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 29 de Fevereiro de 1968.

Despacho

I&L/I/31/66/831

Usando das faculdades conferidas pelo artigo 4(2) do «Goa, Daman and Diu Industrial Development 1965 (N.º 22 of 1965)» o Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu, determina a reconstituição da Corporação do Desenvolvimento Industrial de Goa, Damão e Diu, com os seguintes membros, a partir de 7 de Fevereiro de 1968:

1. Ministro de Indústria, Trabalho, Justiça e Agricultura — Membro.
2. Secretário das Finanças — Membro oficial.
3. Director de Indústria e Minas — Membro oficial.
4. Engenheiro Eléctrico-Chefe — Membro oficial.
5. Sr. Redualdo da Costa, Presidente da Junta — Membro.
6. Sr. Ramkrishna Salgaonkar, Vasco da Gama — Membro.
7. Sr. N. S. Fugro M. L. A., Diu — Membro.
8. Sr. Vinayak Bhatkar, Bank of India, Panaji — Membro.
9. Oficial Executivo-Chefe — Membro e Secretário ex-officio.

O Administrador designa o Ministro de Indústrias, Trabalho, Justiça e Agricultura como presidente da mesma Corporação e o Secretário das Finanças como consultor financeiro da mesma Corporação.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 20 de Março de 1968.

Departamento de Trabalho e Informação

Portaria

LC/1-282/66/C

A seguir se publica a decisão do Tribunal Industrial sobre a disputa industrial entre a Garagem J. F. Santos, de Margão e os empregados da mesma nos termos do disposto no artigo 17.º do «Industrial Disputes Act, 1947 (XIV of 1947)».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 20 de Março de 1968.

Perante o Sr. K. R. Powar, Tribunal Industrial, Goa, Damão e Diu

Queixa (IT-GDD) N.º 3 de 1967

Referência (IT-GDD) N.º 1 de 1967

1. Sr. Anant Lotlikar
2. Sr. Mariano P. D'Silva,
3. Sr. Jacinto Deodata
4. Sr. Fernandes
5. Sr. Vincent Vaz e
6. Sr. Shriram D. Natecar.

Queixosos da acima queixa.

VERSUS

M/s J. F. Santos Garage, Margao. Respondent.

Appearances: Shri Mohan Nair, General Secretary, National Union of General Employees (Goa), for the complainants.

Shri C. D. Kamat, Advocate, for the respondent.

AWARD

A complaint under Section 33A of the Industrial Disputes Act, 1947.

2. An industrial dispute between the respondent and the workmen employed under it was referred for adjudication to the Tribunal by the Government by its order dated 29-12-66. The complainants are workmen who are concerned in the said dispute. The dispute has been pending before the Tribunal.

3. The case of the complainants is that during the pendency of the said dispute before the Tribunal, the employer effected an alteration in the service conditions applicable to them and thus there has been on the part of the employer a contravention of the provisions in Section 33 of the Act.

4. The complainants were employed in the factory of the respondent. The working in the factory has been in the morning and in the evening with a recess of about 2 hours at noon. The working hours in the morning are from 8 a. m. to 12 noon; the working hours in the evening are from 2 p. m. to 6 p. m. Admittedly, the working hours in the evening have been from 2 p. m. to 6 p. m., all along. In the complaint it is alleged that formerly the working hours in the morning were from 8.10 a. m. to 12.10 p. m. and that recently the said working hours are changed to 8 a. m. to 12 noon. That is the change complained against.

5. The respondent has filed its written statement. Therein he stated that he has not effected any change in the working hours and that the working hours in the morning have been from 8 a. m. to 12 noon since the time this factory commenced working. In spite of the categorical denial and the specific case that the working hours have all along been from 8 a. m. to 12 noon, no evidence whatsoever is led by or on behalf of the complainants to show that the working hours were in fact from 8-10 a. m. to 12-10 p. m. immediately before the reference. I hold that the employer has not introduced or effected any change as alleged.

6. Be it assumed that there has been a change in the working hours as alleged. None of these complainants is a protected workman. The change is not in regard to any matter connected with the industrial dispute under reference. In view of clause (a) of sub-section (2) of section 33 it is permissible to the employer to introduce the change. Formerly the working hours being from 8.10 a. m. to 12.10 p. m. the working time was 2 hours; even though the present working hours are from 8 a. m. to 12 noon the working time is 2 hours only. The working time remaining the same, it cannot be said that there has been any change in the service conditions of the workmen. Even assuming that there is a change, it is not of a substantial nature. Moreover the difference is of only 10 minutes. The matter is trifling. Law does not take notice of trifles. No evidence is led to show that any serious inconvenience or hardship has been occasioned to the workmen on account of the said change of 10 minutes. There is no substance in the grievance.

7. The complaint is dismissed.

K. R. POWAR
Industrial Tribunal.

Panaji, 8th February, 1968.

VERSUS

Garagem J. F. Santos, de Margão. Réu

Compareceram: O Sr. Mohan Nair, Secretário-Geral, União Nacional de Empregados Gerais (Goa) pelos queixosos.

O Sr. G. D. Kamat, advogado, pelo réu.

DECISÃO

Queixa ao abrigo do artigo 33A do «Industrial Disputes Act, 1947».

2. Por ordem datada de 29 de Dezembro de 1967, o Governo submeteu à decisão do Tribunal uma disputa industrial entre a garagem acima mencionada e os empregados da mesma. Os queixosos são empregados que estão envolvidos na mesma disputa. A disputa está pendente no Tribunal.

3. A alegação feita pelos queixosos é que durante o período em que a disputa esteve pendente no Tribunal o dono da mesma garagem efectuou umas alterações nas condições de serviço aplicáveis aos queixosos havendo, por isso, da parte do dono, uma contravenção do disposto no artigo 33.º do citado Act.

4. Os queixosos eram empregados na referida garagem. As horas de serviço da mesma, eram de manhã e de tarde com um intervalo de 2 horas ao meio-dia. As horas de serviço de manhã eram das 8 às 12 horas e as horas de serviço de tarde eram das 14 às 18 horas. Os queixosos admitiram que as horas de serviço de tarde foram sempre das 14 às 18 horas. Na queixa alega-se que anteriormente as horas de serviço de manhã eram das 8 horas e 10 minutos até às 12 horas e 10 minutos após o meio-dia e que recentemente o referido horário foi mudado para às 8 até às 12 horas, e desta mudança contra a qual se queixa.

5. O réu apresentou a sua justificação por escrito. Nela, o mesmo alega, que não efectuou nenhuma mudança no horário de trabalho e de que às horas de serviço de manhã eram das 8 às 12, desde que a garagem começou a funcionar. Não obstante o mesmo ter categoricamente negado ter efectuado qualquer mudança e de ter declarado de que as horas de serviço eram sempre das 8 às 12 horas, não foi apresentada nenhuma prova pelos queixosos ou por parte dos mesmos de que as horas de serviço eram de facto das 8 e 10 até às 12 e 10, antes da disputa ser submetida. Sou do parecer, por isso, que o dono da mesma garagem, não introduziu ou efectuou qualquer mudança, como se alega.

6. Admitindo-se que houve uma mudança no horário de trabalho. Nenhum dos queixosos é empregado protegido. A mudança não diz respeito a qualquer assunto ligado a uma disputa industrial. Ao abrigo da alínea (a) do § (2) do artigo 23.º é permitido ao dono efectuar a mudança sendo o anterior horário de trabalho das 8 e 10 às 12 e 10, as horas de trabalho eram 2 e mesmo com o presente horário de trabalho, das 8 às 12 horas, as horas de trabalho são de 2 horas também. Como as horas de trabalho são as mesmas não se pode alegar que houve qualquer mudança nas condições de serviço dos empregados. Admitindo-se que houve mudança, não é uma mudança substancial. Além disso a diferença é apenas de 10 minutos. A disputa é de carácter trivial. A lei não toma conhecimento de assuntos triviais. Não foi aduzida nenhuma prova de que resultou qualquer prejuízo sério ou inconveniente aos empregados por causa da referida mudança de 10 minutos. A queixa não tem fundamento.

7. A mesma queixa é, por isso, rejeitada.

K. R. POWAR
Panaji, 8 de Fevereiro de 1968.

K. R. POWAR
Tribunal Industrial.